



## **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS: ARQUITETURA, CONCURSOS E CAPITAL SIMBÓLICO**

*LEGISLATIVE ASSEMBLY OF MINAS GERAIS: ARCHITECTURE, COMPETITIONS AND SYMBOLIC CAPITAL*

*ASAMBLEA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS: ARQUITECTURA, CONCURSOS Y CAPITAL SIMBOLICO*

### **SOBREIRA, Fabiano**

Arquiteto e Urbanista, Doutor, Professor

Centro Universitário de Brasília – UNICEUB

Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados

[fabiano.sobreira@gmail.com](mailto:fabiano.sobreira@gmail.com)

### **LEDES, Bárbara**

Estudante, Arquitetura e Urbanismo, Centro Universitário de Brasília - UNICEUB

[barbara.ledes@gmail.com](mailto:barbara.ledes@gmail.com)

### **MARTINS, Stefanie**

Estudante, Arquitetura e Urbanismo, Centro Universitário de Brasília - UNICEUB

[stefanie\\_martins@hotmail.com](mailto:stefanie_martins@hotmail.com)

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS: ARQUITETURA, CONCURSOS E CAPITAL SIMBÓLICO

*LEGISLATIVE ASSEMBLY OF MINAS GERAIS: ARCHITECTURE, COMPETITIONS AND SYMBOLIC CAPITAL*

*ASAMBLEA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS: ARQUITECTURA, CONCURSOS Y CAPITAL SIMBOLICO*

EIXO TEMÁTICO: HISTÓRIA E TEORIA DA ARQUITETURA, DA CIDADE E DO URBANISMO

### RESUMO:

A sede da Assembleia Legislativa de Minas Gerais foi tombada em 2009 pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte. O edifício, inaugurado em 1972, teve seu projeto encomendado em 1964 aos jovens arquitetos Richard Kohn e Pawel Martyn Liberman, após dois concursos e amplos debates que ocuparam as páginas das principais revistas de Arquitetura do Brasil. Em jogo, discussões sobre os concursos enquanto instrumentos de contratação e sobre as estratégias projetuais para espaços cívicos, em período marcado pela revisão dos postulados modernos. Considerando os projetos em situação de concurso como importantes registros sobre a “arquitetura potencial” e as revistas como expressões “pré-canônicas” do pensamento arquitetônico, o objetivo deste artigo é analisar as publicações relacionadas aos concursos para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais nas revistas do período e sua relação com a formação e a disputa por “capital simbólico” na Arquitetura.

**PALAVRAS-CHAVE:** concursos, revistas, arquitetura, capital simbólico, assembleia legislativa de minas gerais.

### ABSTRACT:

*The seat of the Legislative Assembly of Minas Gerais building was protected by the Belo Horizonte municipality heritage council in 2009. Inaugurated in 1972, its architectural design was commissioned to the young architects Richard Kohn and Pawel Liberman in 1964, after two design competitions and important debates in the pages of the main Architecture magazines in Brazil. The main issues were: competitions as public commission instruments and design strategies for civic spaces, in a period highlighted by the revision of modern postulates. Considering competition designs as important records on “potential architecture” and magazines as “pre-canonical” expressions of architectural ideas, the main purpose of this paper is to analyse the publications related to the Legislative Assembly of Minas Gerais design competitions in the magazines published at that time and its relation to the constitution and dispute for “symbolic capital” in Architecture.*

**KEYWORDS:** competitions, magazines, architecture, symbolic capital, legislative assembly of minas gerais.

### RESUMEN:

*La sede de la Asamblea Legislativa de Minas Gerais fue tombada en 2009 por el Consejo Deliberativo del Patrimonio Cultural del Municipio de Belo Horizonte. El edificio, inaugurado en 1972, tuvo su proyecto encargado en 1964 a los jóvenes arquitectos Richard Kohn y Pawel Martyn Liberman, tras dos concursos y amplios debates que ocuparon las páginas de las principales revistas de Arquitectura de Brasil. En juego, discusiones sobre los concursos como instrumentos de contratación y sobre las estrategias proyectivas para espacios cívicos, en período marcado por la revisión de los postulados modernos. Al considerar los proyectos en situación de concurso como importantes registros sobre la “arquitectura potencial” y las revistas como expresiones “precanónicas” del pensamiento arquitectónico, el objetivo de este artículo es analizar las publicaciones relacionadas a los concursos para la Asamblea Legislativa de Minas Gerais en las revistas del período y su relación con la formación y la disputa por “capital simbólico” en la Arquitectura.*

**PALABRAS-CLAVE:** concursos, revistas, arquitectura, capital simbólico, asamblea legislativa de minas gerais.

## INTRODUÇÃO

A Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, criada em 1930, foi a primeira escola autônoma da América do Sul, independente das escolas Politécnicas ou de Belas Artes. O Departamento de Minas Gerais do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-MG) foi criado em 1943, mesmo ano em que foi fundado o IAB-SP. A revista *Arquitetura e Engenharia*, braço editorial do IAB-MG, foi lançada em 1949 e seguiu até 1965. Outras duas importantes revistas de Arquitetura, ambas de São Paulo, também eram espaços de difusão e embates do campo profissional: *Acrópole* (1938-1971) e *Habitat* (1950-1965). Os vínculos entre a profissão, o ensino e o meio editorial eram estreitos (e eventualmente conflitantes) e tinham em comum a difusão da arquitetura moderna e a promoção dos concursos como instrumentos de construção do capital simbólico (BOURDIEU, 1994) e afirmação do campo profissional. Os concursos para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais se inserem nesse contexto.

## PRIMEIRO CONCURSO: 1962

No início dos anos 1960, no contexto (ao mesmo tempo de crítica e de celebração) da inauguração de Brasília e em meio ao otimismo desenvolvimentista, apesar das crises e tensões políticas que marcavam o final do governo do mineiro Juscelino Kubitschek, as duas instituições (Escola de Arquitetura da UFMG e IAB-MG) participaram da realização do primeiro concurso para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (1962). Dois destacados professores da Escola de Arquitetura, que também integravam o conselho diretor da revista *Arquitetura e Engenharia*, integravam a Comissão Julgadora: Shakespeare Gomes (professor e autor do projeto da Escola de Arquitetura da UFMG, onde se formou) e Sylvio de Vasconcellos (além de ter se destacado como historiador e um dos precursores da arquitetura moderna em Minas Gerais, foi chefe da Coordenadoria do IPHAN no Estado e professor e diretor da Escola de Arquitetura da UFMG, da qual foi afastado em 1964 em decorrência do golpe militar). Integravam ainda a comissão julgadora os arquitetos Oswaldo Corrêa Gonçalves (formado na Escola Politécnica de São Paulo, um dos fundadores do IAB-SP, também participou da criação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo); Marcos Konder Neto (que havia se destacado como uma das menções no concurso internacional para a Sede da Peugeot em Buenos Aires, naquele mesmo ano); Edgar Graeff (gaúcho, fortemente influenciado pela escola moderna carioca, onde se formou e que naquele mesmo ano, 1962, integrava a equipe de professores que fundava a Universidade de Brasília - da qual foi expulso pela repressão militar, em 1968).

A demanda por uma nova sede para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais surgiu após um incêndio no casarão situado na Praça da República, em Belo Horizonte, que abrigava, de forma precária, a instituição. O então governador, José de Magalhães Pinto (apoiador do golpe militar e posteriormente Ministro de Relações Exteriores no governo Costa e Silva), adquiriu um terreno até então pertencente à Universidade Federal de Minas Gerais. Foi então realizado, em 1962, o primeiro concurso para a sede da instituição.

Na seção “Atualidades” da *Acrópole*, número 279 (fevereiro de 1962), foi publicada uma nota sobre o lançamento do concurso. Quatro meses depois, em junho (n.283), foi publicada na mesma seção a nota intitulada “Assembleia Legislativa de Minas Gerais: cancelados os prêmios do concurso”. De acordo com a nota, a Comissão Julgadora teria chegado à conclusão de que “a complexidade do programa e a grandiosidade do tema” não encontravam correspondência no terreno definido para a obra. E completou:

Em consequência, os estudos apresentados, embora alguns deles elogiáveis, sob muitos aspectos, não alcançaram, todavia, nível que recomendasse sua transformação em obra construída. (ACRÓPOLE, 1962a, s.p)

De acordo com a nota, o arquiteto Oswaldo Corrêa Gonçalves ainda teria concordado em premiar os trabalhos, mas a decisão final do júri foi anular o certame, não conceder prêmios e abrir inscrições para novo concurso. O júri recomendou ainda revisão na delimitação do terreno, a fim de incorporar mais área ao mesmo. Apesar de não haver premiações, foram destacados como “selecionados” os projetos das seguintes equipes: Francisco Petracco, Jon Maitrejean, Telesforo Cristofani e Dante Morse (São Paulo); Eduardo Kneese de Melo, Joel Ramalho Jr., Sidney de Oliveira e Fabio Canteiro (São Paulo); Abrão Sanovicz, Jorge Wilheim, Paulo de Melo Zimbres e Miguel Juliano (São Paulo); Miguel Pereira e J.C. Paiva da Silva (Rio Grande do Sul); Milton Vitis Feferman (Guanabara) e Cuno Roberto Mauricio Luci (Minas Gerais). Em resumo, dos seis selecionados, três foram de São Paulo, um do Rio Grande do Sul, um do Rio de Janeiro (Guanabara) e outro de Minas Gerais. A anulação do concurso desagradou, naturalmente, os arquitetos participantes. Como consequência, nesse mesmo número da *Acrópole* (n.283), foi publicado o artigo “Concursos de arquitetura e a defesa do trabalho do arquiteto”, assinado por Eduardo Corona (CORONA, 1962). Trata-se de uma das principais manifestações sobre os conflitos entre a promoção de concursos e a prática profissional. Ao contrário do que parece sugerir o título, o artigo não defende o concurso, na verdade relativiza a sua aplicação, destacando que eventualmente o gestor deveria ter a opção de escolher diretamente o arquiteto de sua confiança. Eduardo Corona, conforme mencionado anteriormente, era o principal articulista da *Acrópole* e tinha estreitas relações pessoais e profissionais com Oscar Niemeyer. O artigo revela que a defesa do concurso não era unânime entre os profissionais, em especial quando os interesses corporativos eram colocados em risco. Além do artigo de Eduardo Corona foram publicados naquele número da revista os seis projetos paulistas selecionados no concurso. Não foram publicados na *Acrópole* os projetos do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais.

Corona inicia seu texto destacando a importância do concurso como instrumento de contratação, primeiro porque possibilitam a produção de “obras de real valor” (por meio da escolha de “um bom projeto executado por um bom arquiteto”) e segundo, por contribuírem para o “esclarecimento da opinião pública”. A partir daí, no entanto, o autor apresenta uma série de considerações críticas sobre os concursos, em especial quando não são organizados pelo IAB, e destaca: “o principal aspecto negativo que deve ser observado é o do concurso em si mesmo. Isto é, nem sempre é recomendável um concurso.” O autor defende que para algumas obras não caberia o concurso, exceto quando este trouxesse o desafio de “um problema novo”, ou para “uma obra de grande interesse público”. E defende:

No demais, é necessário que o cliente, o particular ou o governo, tenha confiança no desempenho profissional do arquiteto, lhe dê diretamente o trabalho, da mesma forma que nós outros agimos em relação aos demais profissionais liberais. (CORONA, 1962, p.215)

O autor ainda defende que tal posição é compartilhada pelo IAB: “Essa é a posição que assumem os arquitetos nesse momento e o IAB defende com intransigência”. Nesse sentido, a ideia de que no IAB havia consenso em relação à defesa incondicional do concurso é colocada em questão no texto de Eduardo Corona. O fato é que o texto certamente expressava o sentimento de uma parcela da profissão, uma visão corporativa que se observa até os dias atuais: a de que os concursos são bons instrumentos, quando convenientes para a profissão. Sobre a questão do julgamento, Corona cita o concurso para a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (1958), em que um “julgamento prévio” feito por uma comissão diferente do júri indicado

“destruiu totalmente o cunho de seriedade e justeza, afastando do “julgamento verdadeiro” projetos de inegáveis qualidades”. O autor cita também a anulação do concurso para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais e questiona, inclusive expressando certa desavença regional:

É lícito, é lógico, é ético pôr de lado assim, em poucas horas um enorme trabalho de profissionais conscientes e honestos (...) por razões extra-projetos ? (...) Não se deve destruir uma tarefa voluntariamente desempenhada, é claro, mas que representa milhões de cruzeiros de honorários para depois dizer: desculpem ! era só para vermos do que eram vocês capazes ! ou, então, este disparate: vocês não estiveram à altura da “civilização mineira” ! (CORONA, 1962, p.216)

O autor encerra o artigo justificando que tal posição em relação aos concursos é tomada “para a defesa do verdadeiro e justo “exercício” da atividade do arquiteto”, o que reforça a visão corporativa da defesa do instrumento. Corona ainda apresenta algumas proposições para futuras normas de concursos do IAB: (1) que o arquiteto assessor (coordenador), que organiza o concurso, não faça parte do júri; (2) que apenas a Comissão Julgadora julgue os projetos e que não sejam permitidos outros pareceres, prévios ou não; (3) em concursos de maior importância deve-se prever a possibilidade de concursos em duas etapas, com a defesa oral dos projetos; (4) que sejam garantidos ao vencedor os honorários de acordo com a tabela oficial do IAB. Tais premissas são, de maneira geral, mantidas ainda hoje nos regulamentos de concursos do IAB (IAB, 2014).

Uma das poucas vozes na defesa incondicional dos concursos de projeto, naquele período, não vinha do campo profissional da Arquitetura. Trata-se do jornalista Geraldo Ferraz, editor da revista *Habitat*, que em mais de uma ocasião defendeu os concursos e atacou as encomendas diretas a arquitetos, como no artigo intitulado “Deve-se, sempre, proceder a concursos de arquitetura”:

O filhotismo predomina, de braços dados com a genrocacia, quando não fica a coisa em plano de amizade, de relações de grupo, político ou econômico, etc., e o pensamento que recomenda o concurso não tem qualquer probabilidade de êxito (p. 23). ! (FERRAZ, 1956, p.23)

E assim Ferraz justificava sua defesa aos concursos:

Visa-se, com isto, além da prática dessas excelências a atingir, uma renovação nos valores humanos que intervirão na história da construção das cidades e dos edifícios. Visa-se eliminar o ‘medalhão’ garantido pelos favores da autoridade e dos responsáveis – impedindo que o ‘medalhão’ seja empregado como cartaz de propaganda, o que implica numa nova feição do mercantilismo arquitetônico facilmente exemplificável. Mas se visa, também, a que surjam novos valores na concepção e nos fatores dos melhores projetos, aparição que se tornaria impossível sem que essas questões fossem encaminhadas pela livre escolha entre propostas diversas, apresentadas sob estrito sigilo (p. 23). (FERRAZ, 1956, p.26)

Sobre os projetos selecionados (e não premiados), passemos a breve descrição das propostas, inicialmente com aqueles das equipes paulistas, publicados na *Acrópole* em junho de 1962 (n.283).

O projeto da equipe formada por Francisco Petracco (27), Jon Maitrejean (33), Telesforo Cristofani (33) e Dante Morse (todos com atuação em São Paulo), e que contou ainda com o engenheiro Siger Mitsutani como consultor estrutural (que colaborou com Paulo Mendes da Rocha em vários projetos), é o que mais se

diferencia dos demais, no que se refere à abordagem plástica, volumétrica e espacial: trata-se de uma volumetria que não segue linguagem ortodoxa moderna (pilotis, continuidade do térreo, volumes prismáticos simples, panos de vidro), destacando-se pelo vazio central e pelas empenas e pilares em forma trapezoidal que encontram o solo em suave curvatura. De acordo com os autores:

Procurou-se adotar a edificação de um possível caráter de majestade, de modo a que seu aspecto plástico se coadunasse com a majestade do poder que abriga. (...) O visitante, ao alcançar a assembleia, passará sucessivamente de uma praça aberta para um grande vazio na entrada e a seguir, para um pleno no centro do hall nobre, cuja cobertura é o fundo do plenário. O hall nobre é uma praça coberta, prolongamento abrigado e dramatizado da praça cívica. (ACRÓPOLE, 1962b, p.218)

O segundo projeto paulista publicado é de autoria da equipe formada pelos arquitetos Eduardo Kneese de Melo (56), Joel Ramalho Jr. (28, mineiro, formado na Mackenzie e à época atuante em São Paulo), Sidney de Oliveira e Fabio Carneiro. Participaram ainda como colaboradores: José M. de Moura Pessoa, João Mollo e Sergio de Feo, além do engenheiro Arthur Pitta como consultor estrutural. O principal elemento considerado pela equipe para a definição do projeto foi a topografia, que definiu a implantação. O resultado foi um edifício robusto, horizontal e monolítico, porém de pouca expressividade plástica e espacial. De acordo com o memorial descritivo:

Essa orientação nos permite a criação de uma esplanada funcionando como uma antecâmara, a céu aberto, valorizando a entrada do vestíbulo nobre. (...) O sentido de nobreza, segurança e rigidez desse agrupamento é obtido por uma composição estrutural e elementos verticais de concreto armado, que se completam como arrimo da esplanada. (ACRÓPOLE, 1962b, 1962, p.223)

A equipe formada por Abrão Sanovicz (29), Jorge Wilheim (34), Paulo de Melo Zimbres (29) e Miguel Juliano (34) apresentou proposta típica do vocabulário moderno: uma plataforma horizontal, articulada a um volume vertical deslocado, em composição assimétrica no conjunto. Os autores também iniciam a defesa do projeto na contextualização do terreno e entorno e, na sequência, apresentam em uma combinação de textos curtos e diagramas, a defesa do “partido geral” adotado:

Uma Assembleia deve ser monumental; procuramos por isso obter: (A) uma implantação destacada. Um edifício baixo seria prejudicado pelo acesso estrangulado e pela eventual vizinhança; preferimos implantá-lo com autoridade. Servindo, mesmo de longe, como marco e ponto de referência. (B) Caráter. Não se tratando de um edifício público qualquer, uma assembleia deve evidenciar o seu plenário, tornando-o onipresente. (C) espaços adequados à função. Procuramos dar aos serviços burocráticos: claridade natural, distâncias curtas, vista desimpedida da paisagem e do plenário. Procuramos dar aos trabalhos parlamentares: espaços nobres, privacidade absoluta, tendência centrípeta em torno do plenário. (ACRÓPOLE, 1962b, p.227)

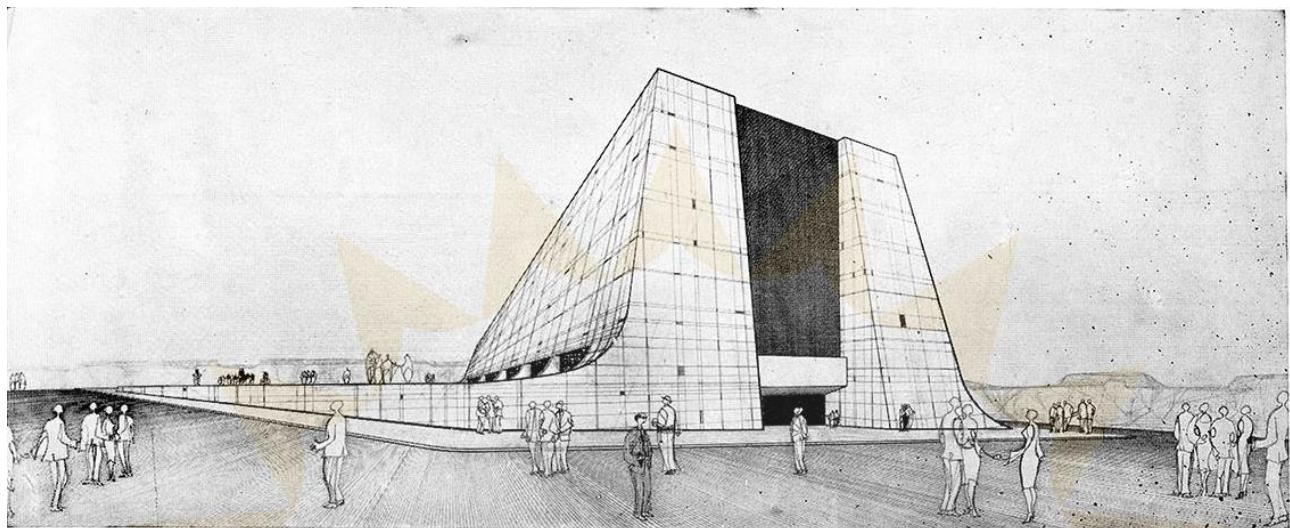


Figura 1: Anteprojeto para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Projeto selecionado.

Autores: Francisco Petracco, Jon Maitrejean, Telesforo Cristofani e Dante Morse

Fonte: *Acrópole*, n.283, Junho de 1962, p.217.

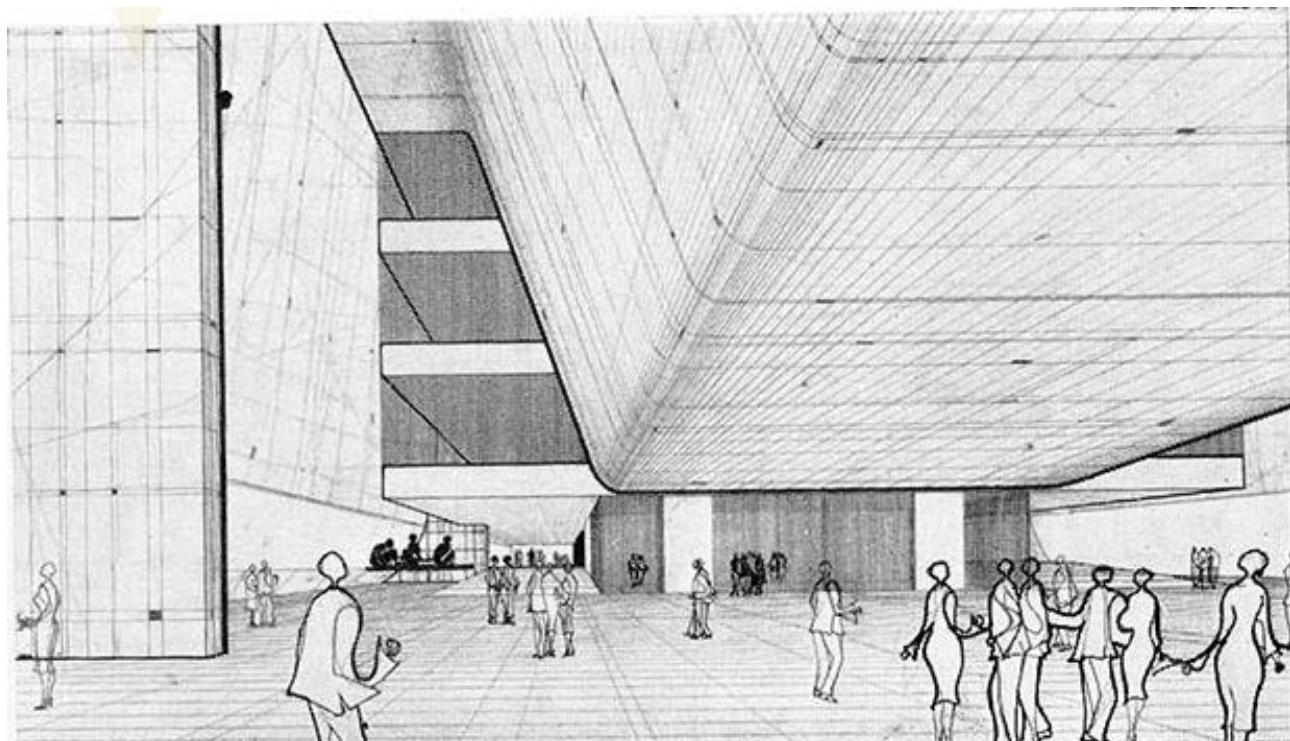


Figura 2: Anteprojeto para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Projeto selecionado.

Autores: Francisco Petracco, Jon Maitrejean, Telesforo Cristofani e Dante Morse

Fonte: *Acrópole*, n.283, Junho de 1962, p.217.

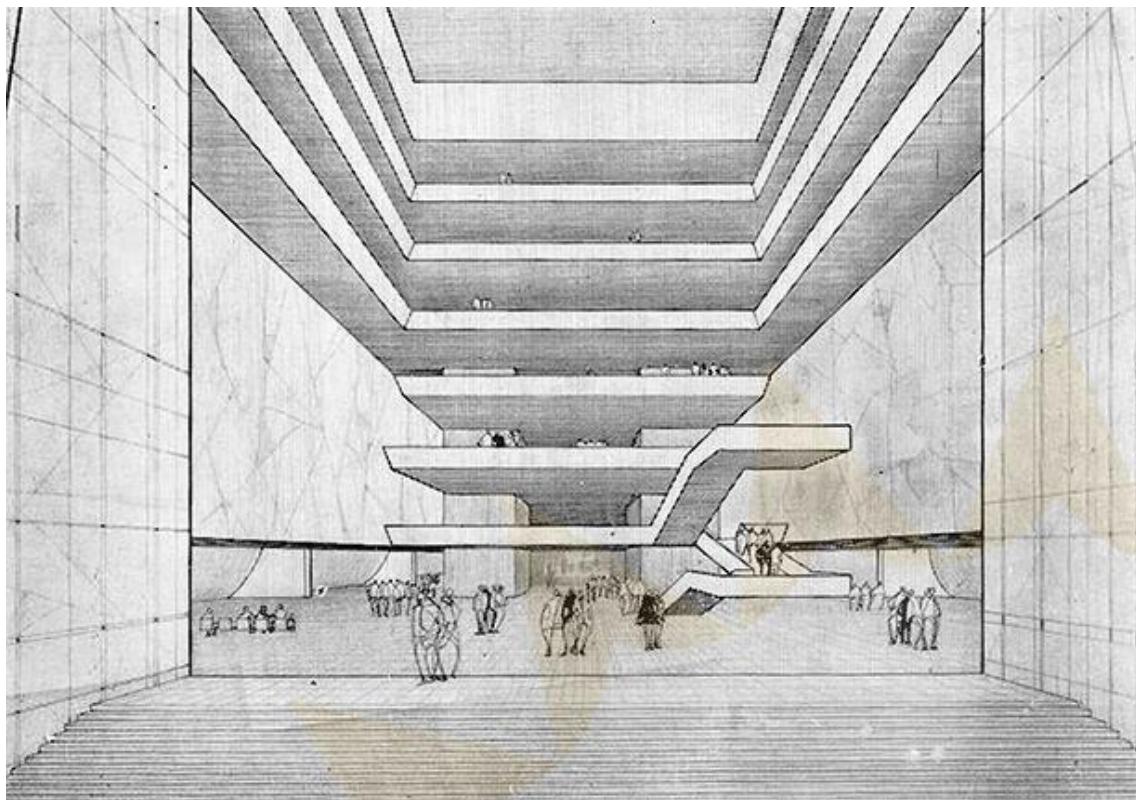


Figura 3: Anteprojeto para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Projeto selecionado.

Autores: Francisco Petracco, Jon Maitrejean, Telesforo Cristofani e Dante Morse

Fonte: *Acrópole*, n.283, Junho de 1962, p.217.

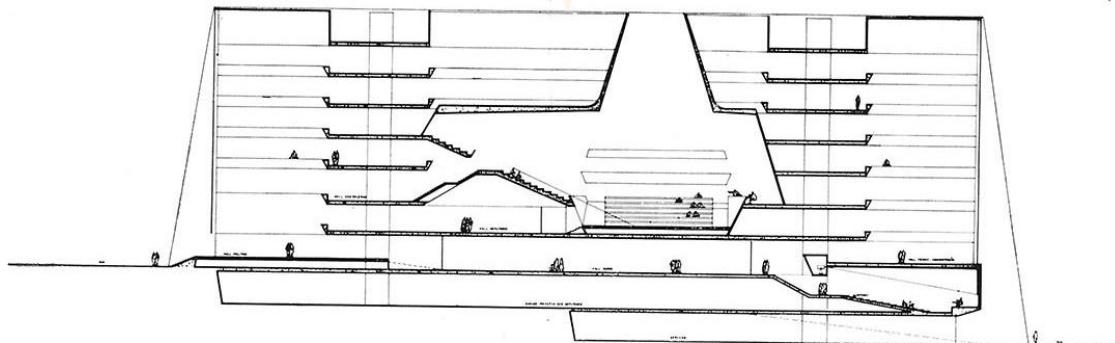
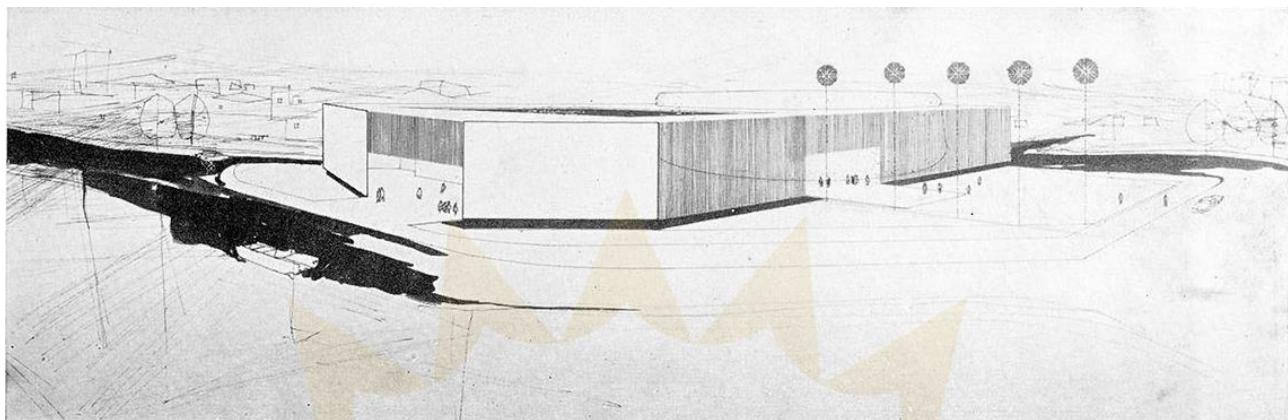


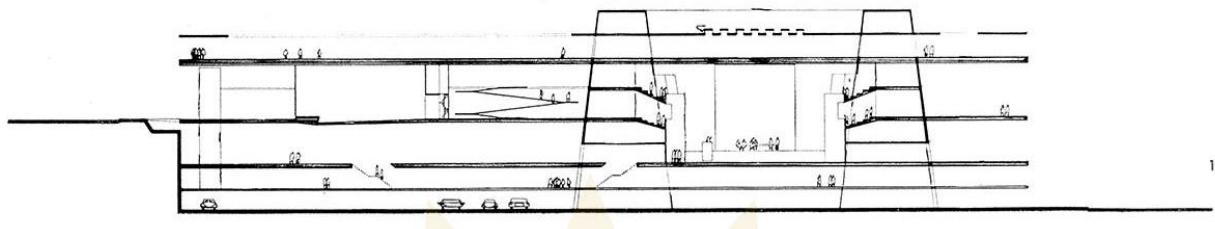
Figura 4: Anteprojeto para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Projeto selecionado.

Autores: Francisco Petracco, Jon Maitrejean, Telesforo Cristofani e Dante Morse

Fonte: *Acrópole*, n.283, Junho de 1962, p.217.



**Figura 5: Anteprojeto para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Projeto selecionado.**  
Autores: Autores: Eduardo Kneese de Melo, Joel Ramalho Jr., Sidney de Oliveira e Fabio Carneiro.  
Fonte: *Acrópole*, n.283, Junho de 1962, p.222.



**Figura 6: Anteprojeto para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Projeto selecionado.**  
Autores: Autores: Eduardo Kneese de Melo, Joel Ramalho Jr., Sidney de Oliveira e Fabio Carneiro.  
Fonte: *Acrópole*, n.283, Junho de 1962, p.224.



Figura 7: Anteprojeto para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Projeto selecionado.

Autores: Abrão Sanovicz, Jorge Wilheim, Paulo de Melo Zimbres e Miguel Juliano

Fonte: *Acrópole*, n.283, Junho de 1962, p.226.

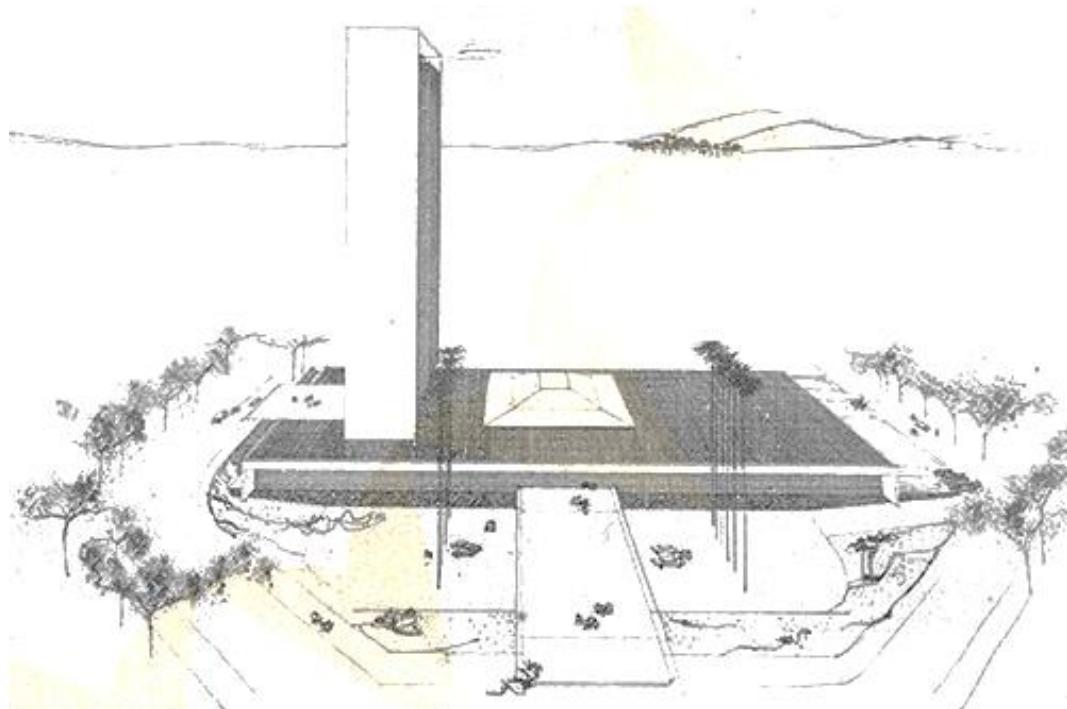


Figura 8: Anteprojeto para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Projeto selecionado.

Autores: Abrão Sanovicz, Jorge Wilheim, Paulo de Melo Zimbres e Miguel Juliano

Fonte: *Acrópole*, n.283, Junho de 1962, p.226.

Quatro meses depois da publicação dos projetos paulistas na *Acrópole*, foi publicada uma carta do arquiteto Sylvio de Vasconcellos (membro do júri) no número 287 da revista, de outubro de 1962. Trata-se de resposta ao texto de Eduardo Corona. Vasconcellos participa do júri dos concursos para a Assembleia do Rio Grande do Sul e a Assembleia de Minas Gerais, citados por Corona como exemplos negativos. Na carta o autor questiona a postura de Corona, quando este sugere que os concursos visam a escolha do profissional; para ele “o concurso visa sempre a escolha do projeto e não do arquiteto.” Após tal consideração, o leitor espera que o texto seja concluído com razões e argumentos que enalteçam o concurso enquanto procedimento. No entanto, o que se lê nas linhas seguintes é o contrário. Após apresentar os argumentos que embasaram suas decisões nos concursos questionados, Vasconcellos destaca que:

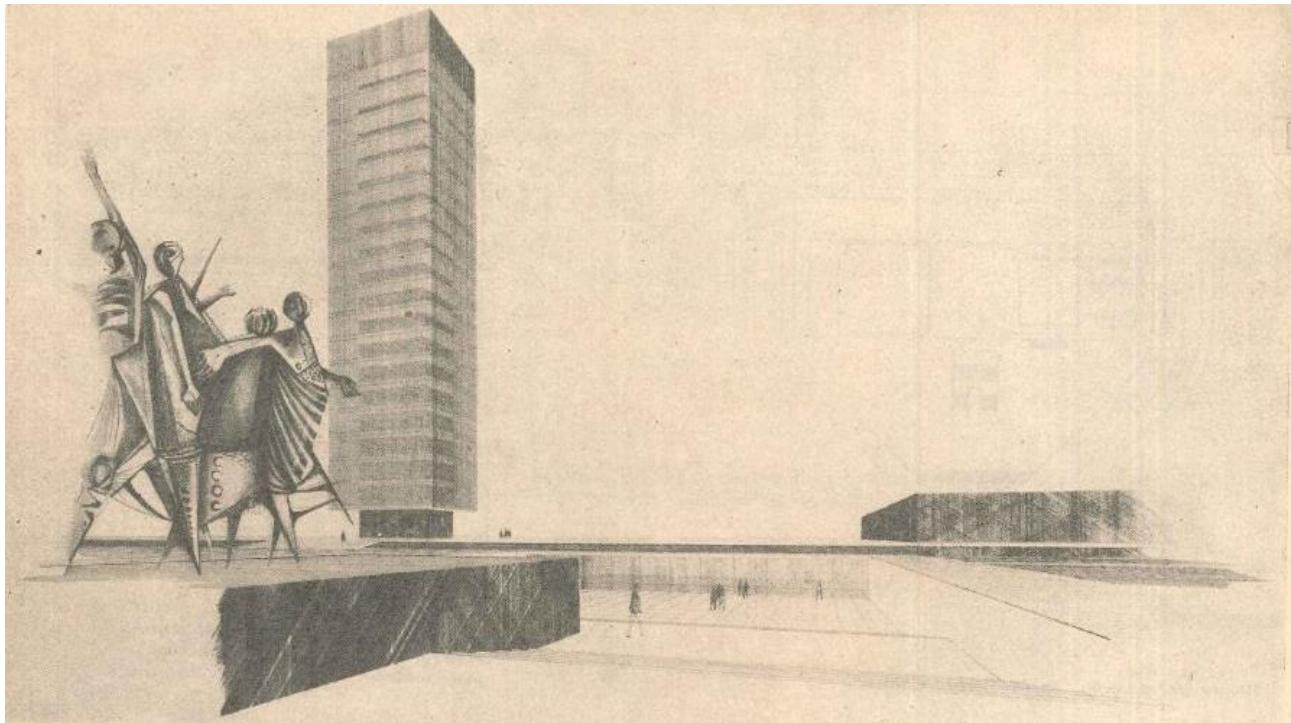
...depois de larga experiência no assunto, convenci-me da inconveniência total dos concursos de arquitetura, concursos aliás que nenhuma outra profissão adota, salvo em caso de provimento de cargos... O concurso é ainda uma reminiscência dos salões, do academismo e das belas artes, que nenhuma vantagem traz à profissão, expondo-a a situações desagradáveis que, mesmo beneficiando a um ou outro profissional, prejudica sensivelmente aos demais. (VASCONCELLOS, 1962, p. 304)

Em dezembro de 1962 a revista *Habitat* publicou o projeto do Rio Grande do Sul, de Miguel Pereira e J.C. Paiva da Silva, acompanhado de artigo dos autores sobre a anulação do concurso, intitulado “Sobre os concursos públicos de Arquitetura”. No texto, os autores valorizam a prática de concursos como uma oportunidade, uma vez que “o trabalho profissional, na atual conjuntura de nossa realidade, transcende mesmo ao direito social de exercê-lo, para transformar-se numa conquista penosa das condições mínimas de sobrevivência” (PEREIRA e SILVA, 1962, p.4). Destacam ainda que o grande número de arquitetos que se empenham “gratuitamente nessa procura insana” que é o concurso. Apesar das dificuldades, reconhecem que os concursos públicos de arquitetura são uma “forma aceitável de solicitação de trabalho, dadas as condições em que o exercício de nossa profissão se processa.” Por fim, questionam a decisão do júri de não atribuir prêmios, uma vez que:

As características que norteiam um concurso de anteprojetos fazem crer que o trabalho apresentado deva refletir, como preocupação fundamental, a explanação de uma ideia. Testá-la e experimentá-la – dentro de uma liberalidade necessária e admissível – ao longo de todo o programa, nos parece a tarefa principal. É fácil compreender que, entre uma ideia e seu desenvolvimento, há um campo apreciável de lapidação e aprimoramento. (PEREIRA e SILVA, 1962, p.9)

O projeto de Miguel Pereira e J.C. Paiva da Silva, publicado na *Habitat* (n.70, dezembro de 1962), é também marcado por uma composição assimétrica entre um volume vertical (com as quatro fachadas envidraçadas), um horizontal (plenário) e uma plataforma de acesso e conexão. De acordo com o memorial descritivo, sobre o “partido adotado”:

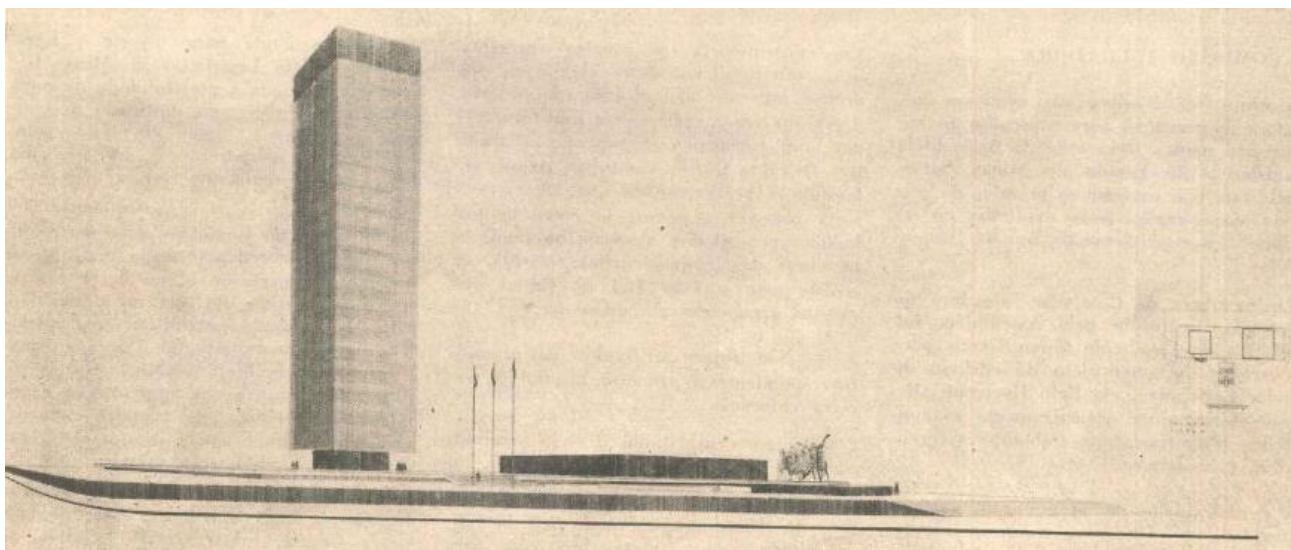
... procurou-se colocar toda a formulação especial do tema, percebendo-se desde logo, a necessidade de segurança e sobriedade da composição resultante. O propósito é, pois, marcar, nesta zona de construções baixas e de pouca densidade demográfica, o palácio legislativo de Minas Gerais. (...). O partido adotado, pois, resume-se no bloco horizontal, repetindo o terreno em plataforma, com a marcação do plenário e a torre. (PEREIRA e SILVA, 1962, p.9)



**Figura 9: Anteprojeto para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Projeto selecionado.**

**Autores:** Miguel Pereira e J.C. Paiva da Silva

**Fonte:** *Habitat*, n.70, Dezembro de 1962, p.6.



**Figura 10: Anteprojeto para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Projeto selecionado.**

**Autores:** Miguel Pereira e J.C. Paiva da Silva

**Fonte:** *Habitat*, n.70, Dezembro de 1962, p.6.

## SEGUNDO CONCURSO: 1963

Diante do cancelamento do primeiro certame, em 1963 foi realizado um novo concurso para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. A nova comissão julgadora foi composta por Vilanova Artigas (48), Francisco Bolonha (40, dirigia à época da Divisão de Construções e Equipamentos Escolares do Estado da Guanabara, que substituiu o Departamento de Habitação Popular, extinto em 1960) e Mauro Gomes Batista (presidente do IAB/MG). Artigas, em 1963, já havia projetado (em conjunto com Carlos Cascaldi) a FAU-USP (1961), que estava em construção e seria concluída em 1969, ano em que o arquiteto foi cassado pelo regime militar.

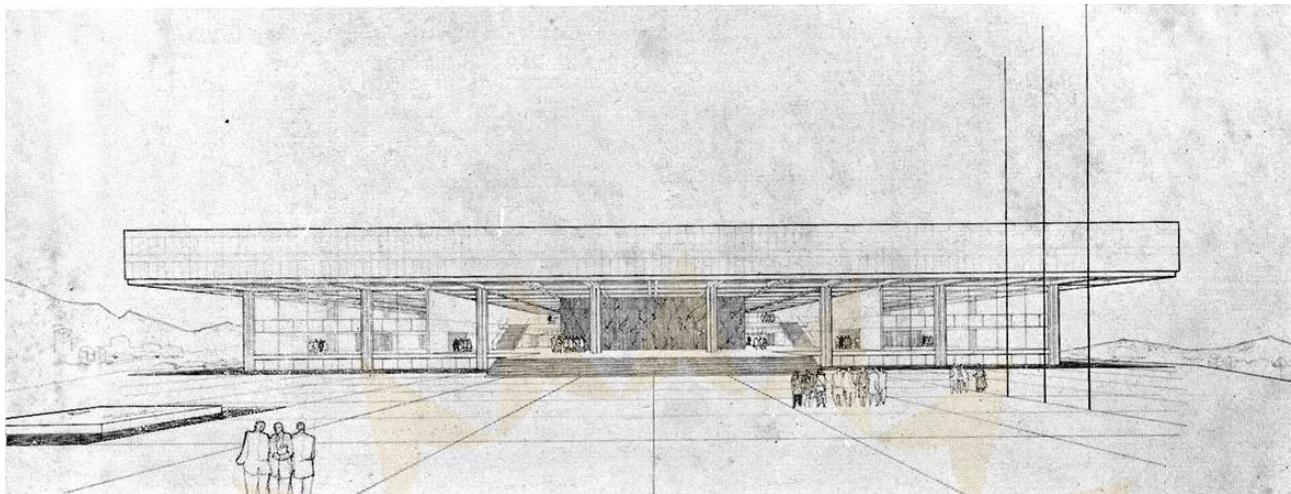
A revista *Acrópole* publicou no número 298 (agosto de 1963) os três primeiros lugares do segundo concurso. Foram vinte e nove trabalhos concorrentes. O projeto vencedor é assinado por Richard Kohn (36, estudou na Faculdade de Arquitetura de Minas Gerais, transferindo-se em seguida para a Faculdade Nacional de Arquitetura do Rio de Janeiro, onde se diplomou em 1951) e Pawel Martyn Liberman (33, radicado em São Paulo e formado no *Georgia Institute of Technology* em Atlanta, Estados Unidos). A dupla havia recebido menções honrosas nos concursos para a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (1958) e para o Clube XV (1963). O segundo lugar no concurso para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais foi atribuído ao projeto dos arquitetos Laércio Macedo Gontijo e Marcos Soares. Em terceiro, a equipe formada por Jorge Wilheim (35), Miguel Juliano (35) e Paulo Zimbres (30).

O projeto vencedor é um volume prismático baixo e horizontal, com balanços nas quatro fachadas e de pouca monumentalidade, que busca ordenar, por meio da regularidade e da simplicidade formal do edifício, a complexidade programática da instituição. O resultado é um edifício marcado pelo rigor da modulação, descrição volumétrica e simplicidade geométrica, conforme defendem os autores. De acordo com a comissão julgadora, sobre o projeto vencedor:

uma expressão de unidade na estrutura simples e franca e na disposição dos vários órgãos, um resultado plástico com ausência de elementos alheios à própria expressão construtiva e funcional, caracterizando uma solução legítima e vigorosa. (ACRÓPOLE, 1963, p.281)

O segundo lugar se assemelha ao primeiro pelas características formais do volume (um prisma horizontal), porém se diferencia na monumentalidade e na composição com outros elementos. Segundo os autores, “o edifício é um monobloco definido por três elementos principais”: um embasamento, uma grande plataforma em balanço e o monobloco suspenso.

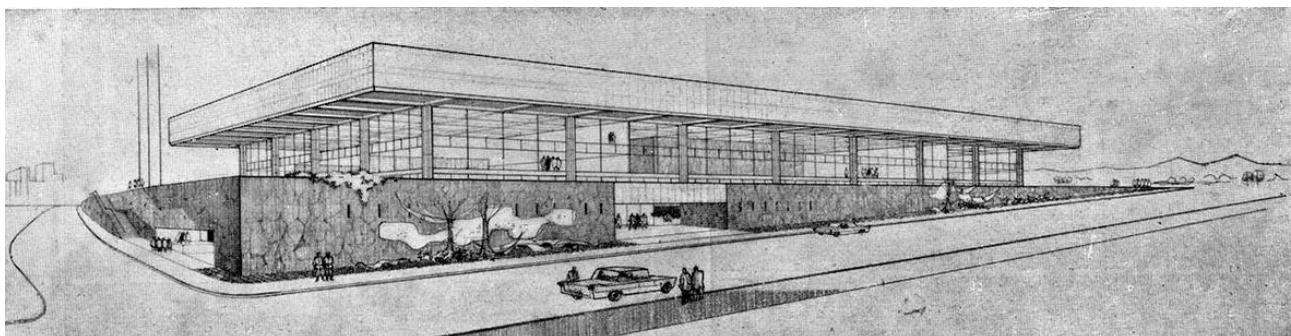
O terceiro colocado se caracteriza por uma grande cobertura com generosos balanços, formada por uma sucessão de vigas paralelas em forma de asa e grande vazio central. Sob a grande cobertura, dois volumes prismáticos com dez pavimentos nas laterais e um volume central circular para o plenário.



**Figura 11: Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Segundo Concurso. Projeto Vencedor.**

Autores: Richard Kohn e Pawel Martyn Liberman

Fonte: *Acrópole*, n.298, Agosto de 1963, p.281.



**Figura 12: Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Segundo Concurso. Projeto Vencedor.**

Autores: Richard Kohn e Pawel Martyn Liberman

Fonte: *Acrópole*, n.298, Agosto de 1963, p.281.

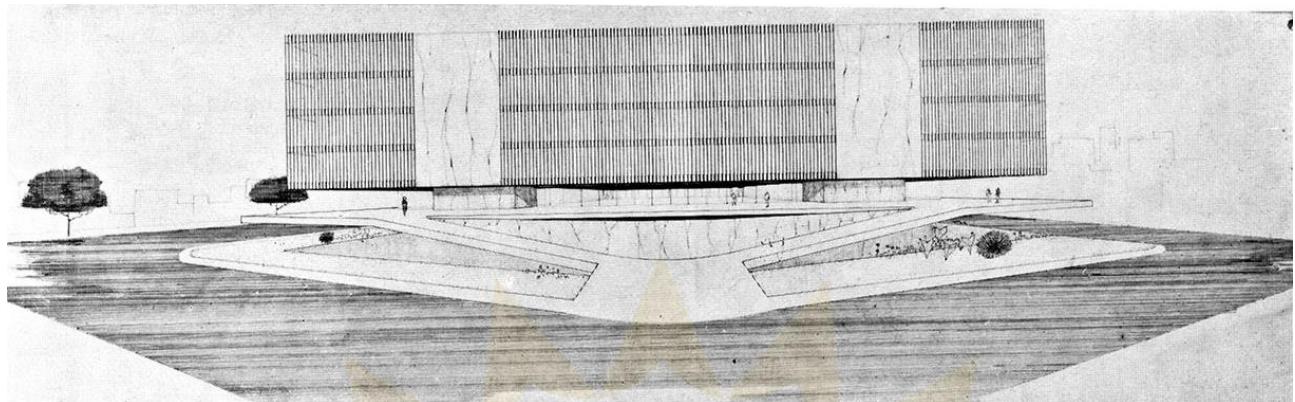


Figura 13: Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Segundo Concurso. Segundo Lugar.

Autores: Laércio Macedo Gontijo e Marcos Soares

Fonte: *Acrópole*, n.298, Agosto de 1963, p.287.

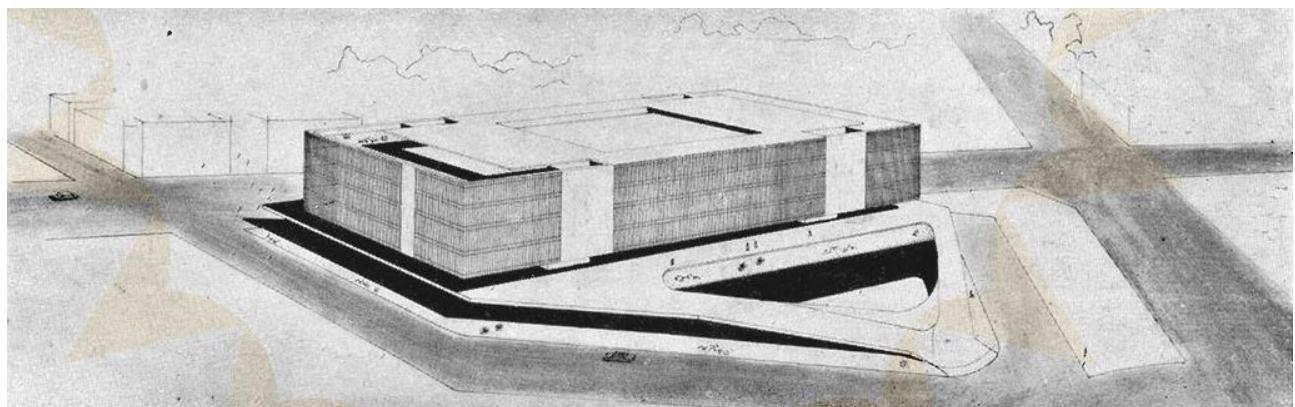


Figura 14: Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Segundo Concurso. Segundo Lugar.

Autores: Laércio Macedo Gontijo e Marcos Soares

Fonte: *Acrópole*, n.298, Agosto de 1963, p.287.

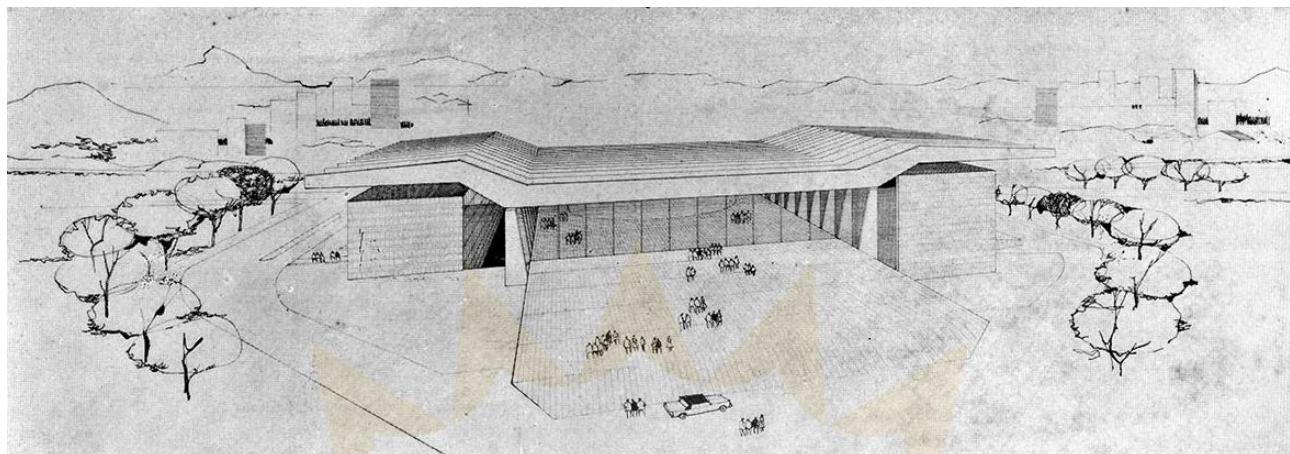


Figura 15: Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Segundo Concurso. Segundo Lugar.

Autores: Jorge Wilheim, Miguel Juliano e Paulo Zimbres

Fonte: *Acrópole*, n.298, Agosto de 1963, p.287.

Não há registros da publicação do primeiro concurso na revista *Arquitetura e Engenharia*, editada pelo IAB/MG. Em 1964, no entanto, no número 67, o projeto vencedor é o tema da capa da revista, que dedica oito páginas ao projeto, com memorial desenhos técnicos, perspectivas e diagramas, além de fotos dos autores. O texto de introdução da matéria traz informação sobre a abertura de concorrência para a execução de serviços de terraplenagem com o objetivo de iniciar a obra e destaca: “Com essas providências, tudo faz crer que, dentro em breve, estará inteiramente concluído o “Palácio da Inconfidência”. A obra, no entanto, foi concluída apenas nove anos depois, em 1972. No ano seguinte à realização do concurso, o Brasil sofreu o golpe militar de 1964. A obra foi inaugurada em período de intensa repressão da ditadura, em que as atividades parlamentares e legislativas eram cerceadas pelo regime e pela censura, em todo o país:

A nova sede foi inaugurada em 1972, no período mais pesado da ditadura. O Legislativo vivia uma fase de penumbra política, que foi atenuada pelo começo de sua modernização institucional. A melhoria das instalações seria uma forma de compensar a amputação das liberdades? (DULCI, 2012, p. 18)

Em 2009 o edifício e seus bens móveis foram tombados pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte. De acordo com Denise Marques Bahia, que assina um dos textos do “Catálogo de bens tombados da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais”:

O edifício sede da Assembleia Legislativa do Estado Minas Gerais é uma manifestação do modernismo tardio que se fez notar na experiência arquitetônica e urbana de Belo Horizonte nas décadas de 1960 e 1970. De aspecto austero e com características notadamente funcionalistas, o Palácio da Inconfidência reúne os atributos considerados, na época, essenciais para edifícios representativos do poder público. (BAHIA, 2012, p.21)

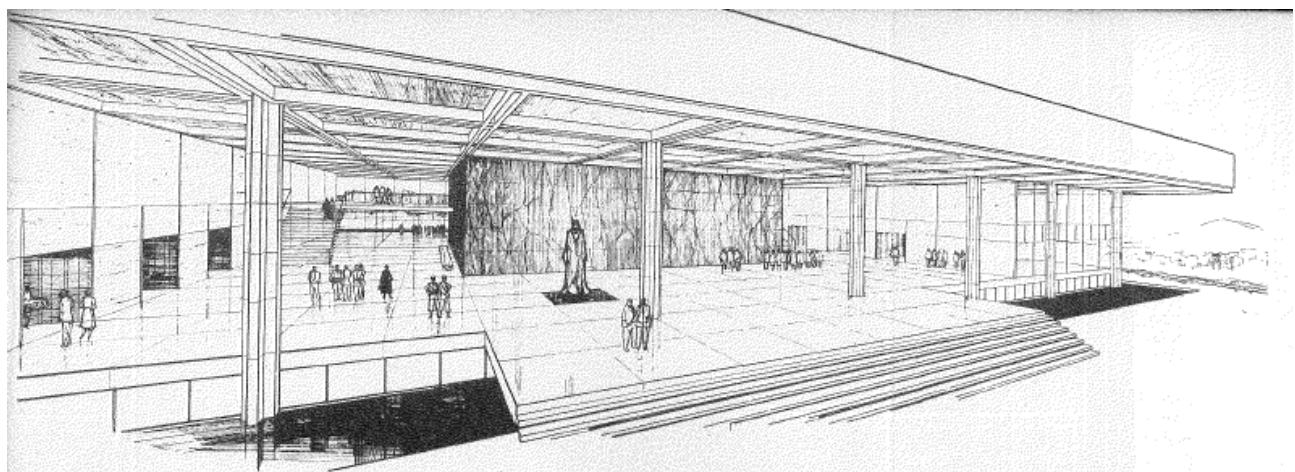


Figura 16: Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Segundo Concurso. Projeto vencedor.

Autores: Richard Kohn e Pawel Martyn Liberman

Fonte: *Arquitetura e Engenharia*, n.67, 1964, s.p.

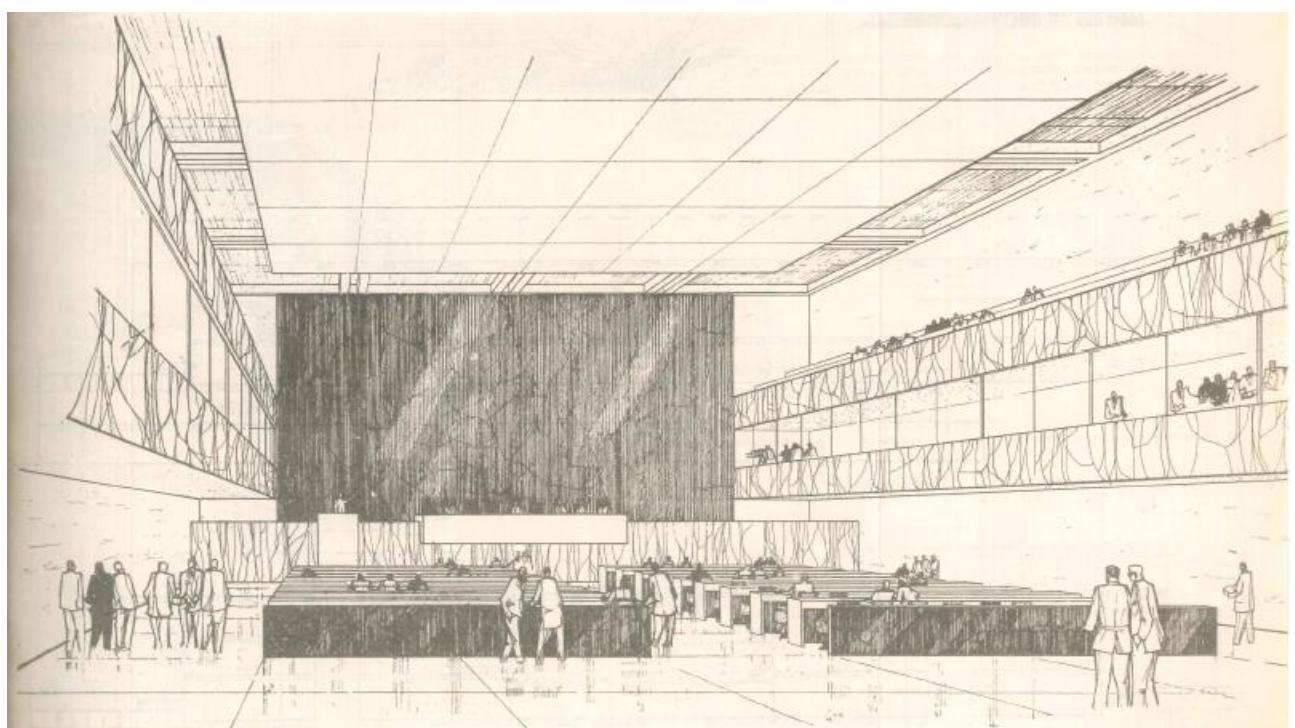
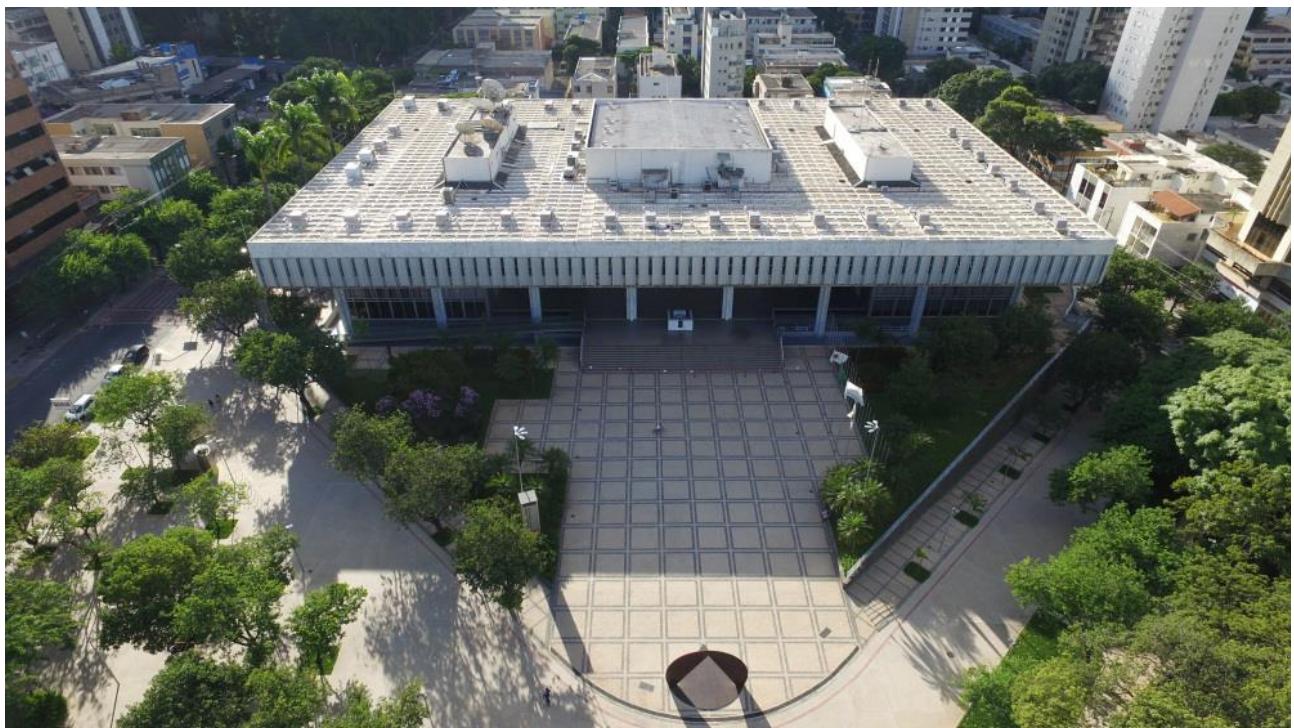


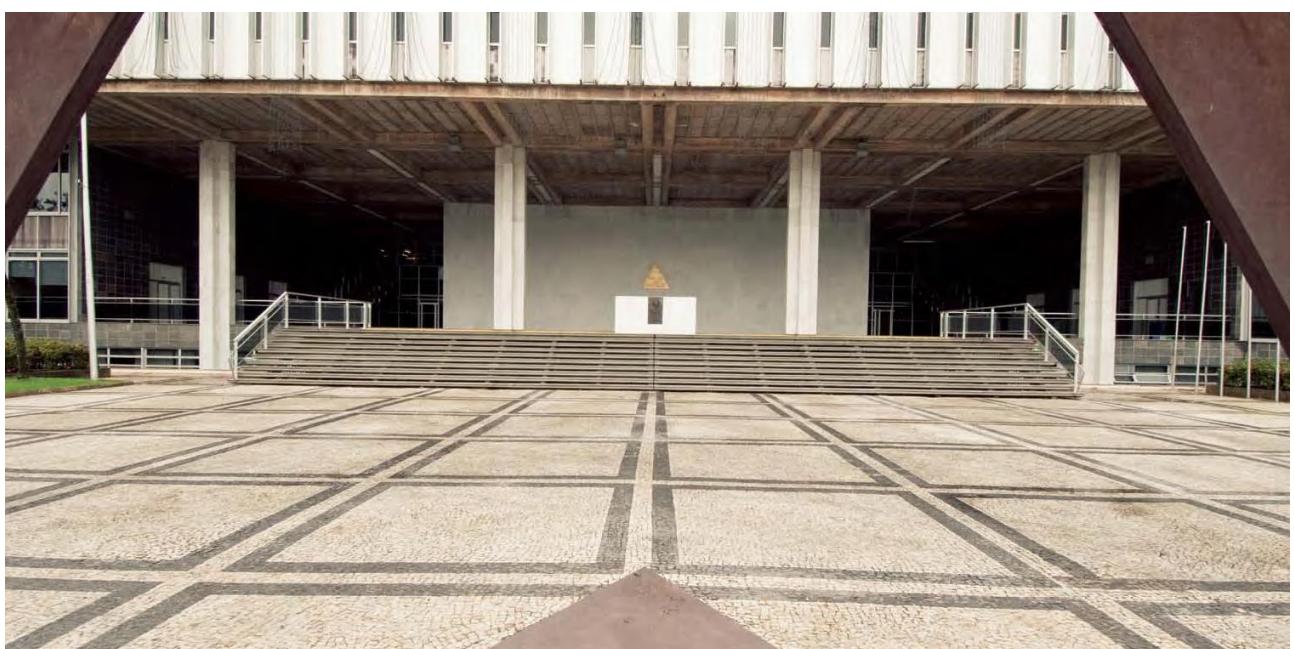
Figura 17: Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Segundo Concurso. Projeto vencedor.

Autores: Richard Kohn e Pawel Martyn Liberman

Fonte: *Arquitetura e Engenharia*, n.67, 1964, s.p.



**Figura 18: Vista aérea da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.**  
Fonte: [vejadecima.com](http://vejadecima.com)



**Figura 19: Foto: detalhe do Palácio da Inconfidência. Assembleia Legislativa de Minas Gerais.**  
Fonte: Catálogo de Bens Tombados da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2012.

## DINÂMICAS DO JOGO E CAPITAL SIMBÓLICO

O olhar retrospectivo sobre os eventos que resultaram no edifício da Assembleia Legislativa de Minas Gerais nos permite reflexões que vão além do objeto específico, em especial sobre os concursos enquanto instrumentos públicos de contratação e as dinâmicas no campo da Arquitetura. Nesta análise propomos interpretar os eventos à luz das “dinâmicas do jogo”, trazendo para o campo da Arquitetura a visão do sociólogo Jean-Pierre Bourdieu sobre as disputas por “capital simbólico” no “campo” cultural. Conforme sugere Stevens (2003, p.70):

Por vezes, Bourdieu compara a vida a um jogo ou a um conjunto de jogos em que estamos envolvidos, os quais aprendemos a jogar pela observação e pela participação e não pela leitura de um manual de regras. (STEVENS, 2003, p.70)

Bourdieu define “campo” como a arena em que ocorrem as disputas culturais. O campo (de batalha e de força) seria um “espaço social no qual se joga um jogo”:

Falar em jogo não é banalizar ou depreciar o campo, mas enfatizar certos aspectos de seu funcionamento. (...) Para os de fora o jogo pode parecer sem importância, porém aqueles que estão jogando também estão unidos por acreditarem no jogo e nas vantagens pelas quais ele é jogado. (...) Os jogadores não têm liberdade para jogar como queiram, e jogam de acordo com seu lugar no conjunto estruturado de posições e de acordo com os ditames de seu *habitus*. (STEVENS, 2003, p.92)

Para Bourdieu, as disputas por “capital simbólico” ocorrem em “campos” definidos por “posições” e “tomadas de posição” dos atores envolvidos. Sobre os “atores” (ou “jogadores”, em nossa analogia), não se trata apenas dos que produzem o bem de valor cultural (neste caso os arquitetos). O campo inclui todos os setores envolvidos, que no caso da Arquitetura inclui arquitetos, professores, editores, clientes públicos e privados, construtores, engenheiros, usuários dos edifícios, etc. Segundo Bourdieu:

Quando falamos da tomada de posição em um campo, insistimos que o que pode ser constituído como um sistema (...) não é o produto de (...) um consenso objetivo (...) mas o produto de um conflito permanente. (...) O princípio generativo e unificador do sistema é a disputa, com todas as contradições decorrentes (de forma que a participação nas disputas (...) pode ser usada como um critério para estabelecer se determinado trabalho pertence ao campo de tomadas de posição e se seu autor pertence ao campo de posições). (BOURDIEU, 1994, p.34)

A ideia de disputa associada aos campos de produção cultural pode ser relacionada, neste caso, aos concursos de projeto, eventos que, por sua natureza, são uma expressão de promoção do capital simbólico no campo da Arquitetura e são espaços ao mesmo tempo de convergência e de confrontação. Conforme sugere Stevens, a partir de Bourdieu:

O concurso oferece um meio de aumentar o estoque de capital tanto de um arquiteto, individualmente, como do campo, como um todo (...), sem incorrer na despesa extravagante que representa a construção de edifícios.” (...) Nada revela mais a extrema importância do aspecto simbólico da arquitetura do que o fato de os desenhos de edifícios serem pelo menos tão importantes quanto os objetos que representam. Um projeto não executado possui virtualmente a mesma força simbólica que um edifício real (...). Os

desenhos de concurso são praticamente os únicos produtos sobre os quais o arquiteto tem total controle.”. (BOURDIEU, 1994, p.34)

A dinâmica dos concursos varia conforme a perspectiva de observação: para quem promove, trata-se de um procedimento de contratação de serviços a partir da escolha de uma solução entre várias possibilidades apresentadas simultaneamente, e eventualmente como um meio de discussão e publicidade do empreendimento que se deseja construir. Para os que competem, além de uma oportunidade de contrato, trata-se de um importante meio de afirmação do capital simbólico dentro do próprio campo da Arquitetura. Nos concursos para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais não estava em jogo apenas a escolha da melhor solução para uma sede institucional. Nesses eventos podemos observar uma série de situações e tomadas de posição que estão relacionadas ao que aqui denominamos “dinâmicas do jogo” do campo profissional, das quais as competições de projeto fazem parte: (1) interesses corporativos; (2) afirmação do capital simbólico e as disputas regionais; (3) disputas no campo editorial; (4) tomadas de posição sobre o projeto de Arquitetura.

Sobre os interesses corporativos: no artigo de Corona o concurso é abordado como um instrumento que deve atender aos interesses da profissão. Os danos causados pelo cancelamento do concurso são abordados pelo autor segundo a ótica do prejuízo à profissão, como sugere o título de seu artigo: “Concursos de arquitetura e a defesa do trabalho do arquiteto” (CORONA, 1962). A mesma ênfase não é dada pelo autor ao prejuízo causado ao interesse público. O artigo de Sylvio de Vasconcellos (1962), membro do júri do primeiro concurso, também ressalta os interesses da profissão e critica o concurso. Enfim, apesar dos concursos estarem presentes nas pautas da profissão desde a fundação do Instituto de Arquitetos do Brasil (em 1921), percebe-se que quando tais instrumentos desviam do interesse corporativo passam a ser combatidos e relativizados (FICHER, SOBREIRA e LEDES, 2017).

Sobre o concurso como afirmação do capital simbólico e as disputas regionais: vale observar, por exemplo, que a publicação dos projetos selecionados de São Paulo na *Acrópole*, mesmo (e principalmente) diante do cancelamento do concurso, não foi apenas uma tomada de posição contra a decisão do júri, mas uma maneira de afirmar e agregar valor ao trabalho desenvolvido pelos arquitetos (particularmente os paulistas, no caso da *Acrópole*) cujos trabalhos haviam sido descartados. A publicação dos projetos paulistas “rejeitados”, acompanhada de artigo crítico do principal articulista da revista é uma tomada de posição de defesa dos interesses profissionais e regionais, como se deduz da crítica irônica inserida por Corona em seu artigo, de que os arquitetos “não estiveram à altura da “civilização mineira” !” (CORONA, 1962, p.216).

Sobre as disputas no campo editorial: É importante ressaltar que as revistas de Arquitetura, em especial naquele período de consolidação da profissão, não devem ser vistas como veículos neutros ou imparciais. É da natureza de tais veículos a tomada de posição, que em alguns casos era implícita, por meio das omissões ou escolhas editoriais ou era enfática, no caso dos artigos críticos. Enquanto a *Acrópole*, que nasceu com perfil mais comercial e imobiliário, estava mais voltada aos interesses corporativos dos arquitetos paulistas, a *Habitat*, também de São Paulo (FICHER, SOBREIRA e LEDES, 2017), optava por uma postura mais crítica, não necessariamente alinhada aos interesses dominantes do campo profissional. Enquanto a *Módulo*, do Rio de Janeiro, era a expressão editorial da “genialidade” de Oscar Niemeyer (SOBREIRA e RIBEIRO, 2016), a revista *Arquitetura e Engenharia*, de Belo Horizonte, braço editorial do IAB-MG, que silenciou no primeiro concurso da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, era uma das poucas que buscava superar as divergências regionais e tentava aproximar dois campos que na ocasião já se distanciavam: dos arquitetos e dos engenheiros. A revista *Habitat*, menos interessada nas questões corporativas regionais, não publicou os

projetos paulistas selecionados. Optou, como contraponto, por abrir espaço para o selecionado do Rio Grande do Sul, dos arquitetos Miguel Pereira e J.C. Paiva da Silva. A *Módulo*, por sua vez, ignorou os eventos (Brasília e as obras de Niemeyer eram as principais pautas da revista). É importante ressaltar que a *Acrópole* e a *Habitat* representavam dois universos que apesar de ocuparem o mesmo espaço geográfico (São Paulo), tinham propostas editoriais bem distintas. Lina Bo Bardi, fundadora da *Habitat*, não fazia parte do círculo de arquitetos que frequentava o IAB-SP ou a FAU/USP (teve inclusive sua candidatura à docência na FAU rejeitada) e sua revista tinha como editor de Arquitetura o jornalista Geraldo Ferraz, crítico dos recorrentes privilégios recebidos por Oscar Niemeyer e defensor incondicional dos concursos de Arquitetura (FERRAZ, 1956). Enquanto isso, o principal articulista da *Acrópole* (por muito tempo o braço editorial do IAB-SP) era Eduardo Corona, que sempre teve boas relações com o meio profissional local, que relativizava a necessidade dos concursos e que tinha grande proximidade com Oscar Niemeyer. Enfim, a decisão editorial de publicar ou não um projeto, ou de destacar uma ou outra visão, era uma expressão natural dos interesses em disputa no campo profissional e a necessidade de afirmação do capital simbólico de cada grupo e as revistas de Arquitetura tiveram papel determinante nesse cenário.

Sobre as tomadas de posição nos projetos de Arquitetura: é importante ressaltar que se trata de um cenário pós-Brasília, que significou um “ponto de mutação” na Arquitetura Brasileira (SEGAWA, 1998). O período é marcado por reflexões e críticas que resultam na diversidade de estratégias projetuais, sejam como variações ou negações do moderno canônico. O primeiro concurso para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais é um exemplo da diversidade de estratégias projetuais do período: as leituras sobre “monumentalidade” e “espaço cívico” foram diferentes (e em alguns casos opostas) em cada projeto apresentado; alguns projetos defenderam um discurso de horizontalidade e a plena ocupação do espaço como meio de afirmação e diálogo com o entorno e outros buscaram na verticalidade e no vazio circundante um meio de destaque à instituição legislativa no contexto urbano. Os concursos permitiram desvendar a diversidade de posturas vigentes naquele momento, todas em torno de um mesmo conceito: o espaço cívico. Vimos nos diversos projetos (tanto nas sínteses gráficas quanto discursivas) que para o mesmo problema foram apontados – com o mesmo nível de certeza e convicção por cada equipe – diversos caminhos possíveis de composição: blocos horizontais compactos; torres pousadas sobre plataformas e volumes menores; conjuntos de pórticos horizontais sobre volumes prismáticos; volumes icônicos de formas irregulares e sinuosas... Enfim, os concursos revelaram a diversidade de abordagens possíveis e latentes. Enquanto no primeiro concurso todas as possibilidades foram descartadas pelos “juízes”, no segundo uma foi escolhida e construída. Na visão do júri, “uma estrutura simples e franca”.

O concurso enquanto instrumento, enfim, revela a Arquitetura como síntese de possibilidades e debates, ao contrário da Arquitetura como expressão da genialidade, mais associada ao individualismo e à certeza; o concurso põe em evidência a crítica e a diversidade por meio da comparação; ao contrário da expressão do “gênio”, que tende a ser promovida como *hors concours*, inquestionável e incomparável.

O projeto vencedor do segundo concurso e finalmente construído expressa uma visão não-monumental da arquitetura, uma proposta marcada por sobriedade e certa introspecção, contrária à ideia de espaço cívico monumental e icônico de Brasília, recém-inaugurada naquela ocasião. O edifício construído não se destaca na paisagem pela plasticidade, como criação ímpar ou expressão de genialidade. Retomando o que afirmou o júri, “um resultado plástico com ausência de elementos alheios à própria expressão construtiva e funcional, caracterizando uma solução legítima e vigorosa”.

Os autores do projeto seguiram uma carreira discreta, talvez a mesma descrição do edifício, que não está presente nos principais registros da historiografia da Arquitetura Brasileira. Os debates gerados em torno dos dois concursos talvez tenham mais destaque e notoriedade que o projeto materializado.

O conjunto edificado da Assembleia Legislativa de Minas Gerais resiste, discretamente, como patrimônio preservado no município de Belo Horizonte, testemunha de um período de transição e de confrontações.

## REFERÊNCIAS:

ACRÓPOLE. "Atualidades". **Acrópole**. São Paulo: N.283, Junho de 1962. s.p.

ACRÓPOLE. "Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Projetos Selecionados". **Acrópole**. São Paulo: N.283, Junho de 1962. pp. 217-230.

ACRÓPOLE. "Concurso para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais". **Acrópole**. São Paulo: N.298, Agosto de 1963. pp. 281-291.

ARQUITETURA E ENGENHARIA. "Assembleia Legislativa de Minas Gerais". **Arquitetura e Engenharia**. Belo Horizonte: N. 67, 1964.

BAHIA, Denise. A arquitetura, o modernismo e a síntese das artes no Palácio da Inconfidência: os bens móveis e os integrados como patrimônio histórico-cultural. In: [ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS]. **Catálogo de Bens Tombados da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2012. pp.21-25.

BOURDIEU, Jean-Pierre. **The Field of Cultural Production**. Nova Iorque: Columbia University Press, 1994.

CORONA, Eduardo. "Concursos de arquitetura e a defesa do trabalho do arquiteto". **Acrópole**. São Paulo: N.283, Junho de 1962. pp.215-216.

DULCI, Otávio. Breves considerações sobre a trajetória do Legislativo mineiro. In: [ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS]. **Catálogo de Bens Tombados da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2012. pp.15-19.

FERRAZ, Geraldo. "Deve-se, sempre, proceder a concursos de arquitetura". **Habitat**. São Paulo: N.26, 1956. pp.23-25.

FICHER, Sylvia, SOBREIRA, Fabiano e LEDES, Bárbara. **Concursos em revista: contrapontos entre Acrópole e Habitat, 1950 a 1965**. In: X SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL. Anais... Uberlândia, 2017.

IAB. Instituto de Arquitetos do Brasil. Regulamento Nacional de Concursos de Arquitetura e Urbanismo. 145ª Reunião do Conselho Superior do IAB, Fortaleza, 2014.

PEREIRA, Miguel.; SILVA, J.. Sobre os concursos públicos de Arquitetura. **Habitat**. São Paulo, N. 70, Dezembro de 1962. pp.4-9.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.



Salvador - 2018

---

Mesas Temáticas

SOBREIRA, Fabiano. e RIBEIRO, Paulo. **O lugar dos concursos na propaganda da Arquitetura Moderna Brasileira: registros e análises das revistas Acrópole e Módulo entre 1955 e 1965**. In: XI SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL. Anais... Recife, 2016.

STEVENS, Garry. **O Círculo Privilegiado**: Fundamentos sociais da distinção arquitetônica. Brasília: Editora UnB, 2003.

VASCONCELLOS, Sylvio. Carta resposta ao artigo Concursos de arquitetura e a defesa do trabalho do arquiteto. **Acrópole**. São Paulo, N. 287, Outubro de 1962. p. 344 .